

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIEGO QUIRINO DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO

**ANÁLISE DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA
DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL**

MACEIÓ

2024

DIEGO QUIRINO DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO

**ANÁLISE DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA
DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL**

TCC apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Valdemir

MACEIÓ

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Antonia Izabel da Silva Meyer – CRB-4 – 1558

C744a Conceição, Diego Quirino dos Santos da.
Análise da posição patrimonial e financeira dos Estados e Distrito Federal / Diego Quirino dos Santos da Conceição. – 2024.
31 f. : il.

Orientador: Valdemir da Silva.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 30-31.

1. Contabilidade pública. 2. Finanças públicas. 3. Balanço patrimonial. 4. Indicadores.
I. Título.

CDU: 657.3:35

FOLHA DE APROVAÇÃO

DIEGO QUIRINO DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO

**ANÁLISE DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA
DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Alagoas como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Valdemir da Silva

Aprovado em 14 / 03 / 2024.

Profº. Valdemir da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Profa Me. Érica Xavier de Souza (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

Profº Dra. Elyrouse Cavalcante de Oliveira Bellini (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

A importância que a contabilidade exerce no fornecimento de informações financeiras na administração pública fortalece o processo de *accoutability* no setor público, bem como a tomada de decisões baseada na análise e interpretação de indicadores que permitem analisar e avaliar a posição financeira e patrimonial de entidades públicas em um dado espaço temporal. Nessa perspectiva de avaliação e decisão, o presente estudo consiste em analisar se houve significância, ou seja, diferença nos resultados das médias dos indicadores de posição patrimonial e financeira dos Estados e Distrito Federal durante os anos de 2014 a 2022. Para esse fim, foi adotada uma abordagem descritiva para o universo da pesquisa que compreendeu os 26 Estados e o Distrito Federal durante o período citado. Ancorados por esse caminho metodológico percorrido, os resultados revelam a existência de diferenças significativas nas médias dos indicadores apresentados em todas as regiões do país durante o período estudado. Além disso, foram verificadas, durante as análises dos indicadores, questões sobre liquidez, endividamento e solvência das 5 regiões do país. Os resultados das informações reveladas por esses indicadores contribuem para o fortalecimento e divulgação de informações sobre o *status* financeiro e patrimonial, bem como o desempenho dessas entidades governamentais em dado período.

Palavras-chave: Indicadores; Estados; Posição Patrimonial e Financeira.

ABSTRACT

Considering the importance that accounting plays in the provision of financial information in the public administration and that through this information generated through the financial statements the process of *accountability* in the public sector is strengthened , it is added that this information evidenced in the statements is not sufficient to contribute to the decision-making process, it is in this sense that it is necessary to analysis and interpretation using indicators. These indicators make it possible to assess the financial and equity position of public entities in a given period under analysis. The present study consists of analyzing whether there was significance, that is, a difference in the results of the averages of the indicators of the equity and financial position of the States and the Federal District during the years 2014 to 2022. A descriptive approach was adopted for the analysis of the samples, the universe of the research comprised the 26 States and the Federal District during the period mentioned above, having as objects of study the results presented in the financial statements, Balance Sheet and Financial Statement of the sample, using documentary procedures of collection and classification of the extracted data, having a qualitative-quantitative approach in the statistical analyses and interpretations of the result. As a result, it was verified the existence of significant differences in the averages of the indicators presented in all regions of the country during the period studied, in addition, it was verified during the analysis of the results issues about liquidity, indebtedness and solvency of the 5 regions of the country. The results of the information revealed by these indicators contribute to the strengthening and dissemination of information on the financial status and performance of these government entities in a given period.

Keywords: Indicators; information; Equity and Financial Position.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Unidades Federativas que compõem o Universo da pesquisa	19
Quadro 2	Indicadores da posição patrimonial e financeira	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística Descritiva dos Indicadores da posição patrimonial e financeira	21
Tabela 2 - Teste de Normalidade dos dados	25
Tabela 3 - Teste de diferença de Médias: <i>Kruskal-Wallis</i>	25
Tabela 4 - Correlação Kendall	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Ativo Circulante

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CE - Composição do Endividamento

CCL - Capital Circulante Líquido

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IRPPS - Investimento de Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LS - Liquidez Seca

LI - Liquidez Imediata

LC - Liquidez Corrente

MCASP - Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBC TSP - Norma Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

PC - Passivo Circulante

PCT - Participação de Capital de Terceiros

PL - Patrimônio Líquido

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SLP - Solvência de Longo Prazo

SNSPL - Solvência dos Níveis de Serviços

VPDs – Variações Patrimoniais Diminutivas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Justificativa do Estudo	11
1.4 Organização Do Estudo.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Posição Patrimonial e Financeira	12
2.2 Análise da Posição Patrimonial e Financeira	13
2.2.1 Indicadores de Liquidez	13
2.2.2 Indicadores de Endividamento	15
2.2.3 indicadores de solvência.....	16
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
3.1 Classificação da Pesquisa	17
3.2 Universo da Pesquisa	18
3.3 Coleta, Tratamento e Tabulação dos Dados.....	18
3.4 Indicadores da Posição Patrimonial e Financeira	19
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	21
4.1 Análise Descritiva dos Indicadores de Posição Financeira e Patrimonial.....	21
4.1.1 Análise dos Indicadores de Liquidez	22
4.1.2 Análise dos Indicadores de Endividamento	22
4.1.3 Análise dos Indicadores de Solvência	23
4.2 Análise da Significância Estatística dos Indicadores de Posição Financeira e Patrimonial	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERENCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A informação financeira na administração pública contribui para avaliar a condição financeira das entidades públicas e favorecer o processo de *accoutability*, uma vez que o governo tem o dever de prestar serviços de qualidade à sociedade, manter uma boa condição e posição financeira equilibrada e prestar contas à população das ações organizadas (LIMA; DINIZ, 2016). Nessa perspectiva, de acordo com a Estrutura Conceitual aplicada ao Setor Público, as informações financeiras produzidas no setor público devem subsidiar, sobretudo, os cidadãos, estes que são usuários primários da informação contábil, pois recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim público (CFC, 2016).

No entanto, vale destacar que somente as informações que são apresentadas nas demonstrações contábeis não são suficientes para permitir avaliações de caráter mais específico e adequado às particularidades de uma entidade governamental. Isso porque tais informações podem não ser de fácil compreensão para alguns usuários que não possuem o devido conhecimento para interpretar os resultados evidenciados (COSTA, 2018). À vista disso, a análise das demonstrações contábeis públicas, por meio da interpretação de seus indicadores, assume relevante importância ao revelar a posição patrimonial e financeira do governo.

A posição financeira envolve os ativos e passivos financeiros e, por meio do confronto entre esses, revela o volume de recursos internos do governo, o qual poderá ser financeiramente superavitário ou deficitário. De forma mais abrangente, a posição patrimonial é analisada por meio do confronto entre os ativos e passivos, revelando a situação patrimonial líquida do governo.

Esses *status* financeiro e patrimonial foram abalados entre os anos de 2020 e 2021 em virtude de uma crise sanitária que trouxe consequências nas áreas econômicas e financeiras dos entes públicos, que precisaram investir nas estruturas de saúde emergencial e adotaram medidas para contenção da disseminação do vírus, sendo a principal medida de restrição o distanciamento social, com fechamento de várias áreas de serviços e comércio, afetando a arrecadação, causando desemprego e diminuindo a renda das pessoas e, consequentemente, a queda da arrecadação, além da realocação de recursos para o combate da doença (DOTTO *et al.*, 2021). Diante deste cenário, várias medidas, tanto de prevenção quanto econômicas, foram

adotadas pelos governos com o objetivo de minimizar os impactos gerados pela pandemia e manter o equilíbrio financeiro e patrimonial (CARLOS, 2021).

Corroborando essa situação, autores como Gama Neto (2020) e Silva e Silva (2020) afirmam em seus estudos que a pandemia da Covid-19 provocou impactos e consequências não apenas na área da saúde pública e nas relações sociais da população no Brasil como também na economia do país, impactando os desempenhos patrimonial e financeiro das entidades públicas.

Diante de uma perturbação econômica, analisar a capacidade financeira e a situação patrimonial do governo são importantes, porque com o surgimento da pandemia da Covid-19, que “atropelou” uma das fases da gestão pública brasileira, a do planejamento, análises desta natureza são necessárias, uma vez que esse novo e inusitado fator ambiental exerceu e continua exercendo pressões por gastos públicos extraordinários e específicos para o seu combate. Diante dessa contextualização, o presente estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: **existe diferença significativa nos indicadores de posição patrimonial e financeira dos Estados e Distrito Federal durante os anos de 2014 a 2022?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar se houve significância nos indicadores de posição patrimonial e financeira dos Estados e Distrito Federal durante os anos de 2014 a 2022.

1.2.2 Objetivos Específicos

Secundariamente, para atingir o objetivo geral proposto pela pesquisa, especificam-se os seguintes objetivos que serão abordados no estudo:

- i) verificar a posição financeira e patrimonial com base nos dados relativos aos balanços financeiros e patrimoniais em cada ente federativo;
- ii) identificar os indicadores da posição patrimonial e financeira;
- iii) verificar a significância dos indicadores de posição patrimonial e financeira.

1.3 Justificativa do Estudo

A pandemia da Covid-19 provocou grandes mudanças no dia a dia da população e não foi diferente no que tange ao setor público, durante a pandemia foram exigidos grandes investimentos nas áreas da saúde e assistência social tais como investimentos em construções de hospitais de campanha, aumento na quantidade de leitos, compras de medicamentos, pagamentos de auxílios emergenciais dentre outros. Nesse sentido, a análise de indicadores econômico-financeiros se faz presente nos aspectos relacionados ao desempenho das entidades públicas em determinados períodos.

Desse modo, o estudo e as análises sobre esses pontos são importantes para se ter o devido conhecimento e a possibilidade de se identificar os impactos que algumas crises causam no desempenho patrimonial e financeiro das entidades governamentais. Assim, a intenção desse trabalho é apresentar uma análise conjunta sobre o desempenho patrimonial e financeiro dos estados em um determinado período de tempo, englobando fatos de grandes impactos econômicos e sociais que são necessários para a tomada de decisões para os gestores desses entes. Esse estudo também se justifica pelo o objetivo de fornecer informações de qualidade que possibilitem instigar ou incentivar a sociedade a exercer a cidadania. Dessa forma, contribuindo com informações para que cidadãos comuns possam cada vez mais participar ativamente do controle social do Estado.

1.4 Organização Do Estudo

No que se refere à organização do estudo, este está estruturado em quatro seções, além da introdução. Na seção 2, o referencial teórico traz o embasamento teórico do trabalho. Seguido da seção 3 que apresenta a metodologia. Na seção 4, apresentam-se as análises dos dados e os resultados encontrados. E, por fim, na seção 5, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Posição Patrimonial e Financeira

As demonstrações contábeis representam a estrutura da situação patrimonial e do desempenho das entidades públicas. Nesse sentido, os relatórios contábeis proporcionam informações sobre a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, as quais são úteis aos usuários interessados em avaliar a aplicação dos recursos e tomar decisões sobre a alocação desses recursos (NBC TSP 11, 2018).

O desempenho de um ente público, para que possa ser medido e avaliado, é feito por meio de análises de dois importantes conceitos de desempenho revelados pelos dados da contabilidade: financeiro e patrimonial LIMA; DINIZ, 2015. Essas duas posições são evidenciadas através da análise de indicadores derivados das relações das contas e grupos de contas apresentadas demonstrações contábeis preparadas. Conforme explica Assaf Neto (2020), por meio das informações extraídas dos demonstrativos contábeis, os usuários das informações contábeis podem obter dados importantes sobre o desempenho econômico-financeiro de uma entidade.

Nesse sentido, faz-se necessário a separação entre esses dois conceitos que foram apresentados inicialmente e que serão abordados, a posição financeira como o próprio nome já sugere tem como foco evidenciar a situação ou status financeiro de um ente governamental, isso é feito fazendo-se um levantamento de passivos e ativos financeiros que estão presentes no balanço patrimonial mais precisamente nos grupos de contas circulantes. Por meio dessa identificação e separação, é possível fazer um confronto entre ativos financeiros e passivos financeiros e o resultado disso evidenciará a posição financeira do ente sob análise, ou seja, irá representar o resultado obtido se de déficit ou superávit financeiro para determinado exercício.

A análise da posição financeira e patrimonial tem como objetivo identificar o *status* financeiro e situação patrimonial do governo em um dado momento, bem como revelar o seu desempenho financeiro e patrimonial durante o exercício, ou seja, por meio dessa análise pode-se entender a real situação em que se encontra um ente em um determinado período de tempo (LIMA; DINIZ, 2015).

2.2 Análise da Posição Patrimonial e Financeira

2.2.1 Indicadores de Liquidez

A análise da situação financeira e patrimonial de uma entidade governamental utiliza indicadores que, quando interpretados e analisados, fornecem informações referentes a um dado período de tempo. Além disso, por meio desses indicadores, pode-se obter informações de caráter decisório para o futuro financeiro e patrimonial da entidade pública analisada.

Os indicadores financeiros têm o papel de avaliar e priorizar a capacidade de pagamento das obrigações de uma entidade, como afirmam Pereira e Basílio (2023). Por meio dos resultados desses quocientes econômico-financeiros, torna-se possível a análise dos elementos que estão evidenciados nas demonstrações contábeis para extrair conclusões sobre uma entidade pública.

Os indicadores dividem-se em grupos tais como de liquidez, endividamento e de solvência, cada um desses quocientes possuem os seus subgrupos de indicadores com o papel de evidenciar a situação patrimonial de uma entidade perante os seus compromissos financeiros no período.

Nesse sentido, os indicadores de liquidez estão relacionados e demonstram a real capacidade que uma entidade possui em honrar seus pagamentos e dívidas contraídas em curto e longo prazo. Na contabilidade pública, segundo Lima e Diniz (2016), a posição de liquidez no âmbito governamental vai depender da capacidade do governo relacionado a sua obtenção de receitas frente à pressão por despesas de recursos internos.

Os subgrupos de indicadores de liquidez dividem-se em quatro relações, cada uma de acordo com o tempo e o período que está sendo analisado, esses indicadores são: **Liquidez Imediata, Liquidez Seca, Liquidez Corrente e Capital Circulante Líquido.**

A liquidez imediata tem a finalidade de medir a capacidade de que dispõe a entidade em pagar suas obrigações no curto prazo de tempo, haja vista os seus valores que estão no saldo de caixa, ou seja, as disponibilidades como caixa, bancos e investimentos. De acordo com Assaf Neto (2020, p. 296 e 297), no setor privado “esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade”. O entendimento desse indicador obtido ocorre da seguinte forma: para cada 1,00 real de dívida no curto prazo que a entidade dispõe naquele momento, x reais destina-se a liquidar suas obrigações (LIMA; DINIZ, 2015).

A Liquidez Corrente é um indicador que revela o quanto a entidade pública possui de ativo circulante que pode ser convertido em dinheiro para pagar as suas dívidas de curto prazo. Groves e Valente (2003) afirmam que a liquidez corrente não é um indicador preciso pois o índice pode apresentar resultados diferentes dependendo do tempo que o governo leva para arrecadar e receber suas receitas e também com relação aos seus gastos no decorrer dos anos.

A interpretação dos resultados desse indicador ocorre de forma que se o indicador for maior do que um indica a presença de Capital Circulante Líquido, ou seja, existe uma folga financeira, caso esse indicador apresente resultado menor que um compreende-se que não existe Capital Circulante Líquido, logo conclui-se que há um déficit financeiro, pois as saídas de caixa futuras são superiores ao saldo existente no caixa, se esse indicador apresentar valor igual a um indica que a CCL é nula, desse modo, o saldo existente em caixa na entidade, somando-se as entradas futuras, é igual as saídas de caixas.

O quociente de Liquidez Seca, assim como os outros quocientes citados anteriormente, também tem o objetivo de medir a liquidez, isto é, medir a capacidade de pagamento que a entidade possui de dinheiro em caixa para liquidar as obrigações do passivo circulante, sendo que desse cálculo são subtraídos do ativo circulante o almoxarifado, as variações patrimoniais antecipadas, os investimentos do regime próprio dos servidores e estoques.

Por meio da análise do quociente de liquidez seca é possível identificar a capacidade que o governo possui para pagamento de suas obrigações no curto prazo levando em consideração os itens do ativo circulante que possuem maior liquidez, isto significa, aquilo que pode ser convertido em dinheiro no curto prazo. Lima e Diniz (2016) afirmam que esse indicador possui excelência financeira para as entidades governamentais, pois revela a real capacidade de pagamento que uma possui.

O Capital Circulante Líquido sob o mesmo ponto de vista, dos outros indicadores, é um quociente utilizado para medir a liquidez de uma entidade e através de seus resultados é possível saber o quanto a entidade possui de saldo absoluto no caixa após liquidar as obrigações de curto prazo. Para o cálculo desse indicador, é utilizado o valor do ativo circulante subtraído pelos os saldos presentes nas VPDs, almoxarifado, investimentos do RPPS e menos o passivo circulante, o resultado expresso em números absolutos indica o potencial de caixa que a entidade possui, isto é, se existe uma folga financeira.

2.2.2 Indicadores de Endividamento

Os indicadores de endividamento também conhecidos por quocientes de estrutura de capital têm como objetivo revelar a forma com que a entidade está obtendo recursos para poder financiar as suas atividades e também o grau de recursos que são utilizados, como observado por Iudícibus (2017).

Os índices de endividamento comparam as fontes de recursos com o objetivo de retratar a posição do capital próprio frente ao capital de terceiros, como visto em Iudícibus (2017). Além disso, os resultados obtidos por meio desses índices indicam a relação de dependência de uma empresa ou governo com relação a capital de terceiros.

O quociente de participação de capital de terceiros demonstra o grau de dependência que uma entidade possui em relação ao capital de terceiros, ou seja, através desse indicador é possível identificar o grau de endividamento de uma entidade e o risco financeiro. Desse modo, se o resultado desse indicador apresenta valores altos significa que a entidade se encontra em uma situação de risco financeiro, tendo uma maior dependência dessas fontes de recursos obtidas de terceiros.

De maneira geral, conforme explica Diniz (2015, p. 112), o índice de participação de capital de terceiros representa uma proporção de quanto equivale o capital de terceiros, ou seja, as dívidas e obrigações existentes na entidade em comparação ao patrimônio líquido da mesma, o cálculo desse indicador é feito mediante a soma dos valores do passivo circulante mais passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

O indicador de composição do endividamento tem a função de revelar de forma mais específica as características de composição da dívida e o prazo para pagamento das obrigações de uma entidade, evidenciando o quanto da dívida/obrigações contraídas deverão ser pagas a curto prazo. A importância da análise desse indicador se sustenta em revelar a necessidade de financiamento em curto prazo da entidade, tornando-se assim, um quociente de confiança.

Conforme defende Marion (2010), “quanto mais as dívidas estejam concentradas no longo prazo, mais tempo existirá para buscar ou gerar recursos para liquidá-las”, ou seja, se a maioria das dívidas de uma entidade, como as obrigações de um ente governamental tiverem datas para pagamento a curto prazo, haverá uma pressão na captação de recursos para poder liquidá-las.

Dessa forma, sob uma perspectiva de uma análise financeira e patrimonial no setor público, Martínez (1994) afirma que os resultados da análise do quociente de composição do endividamento são de grande interesse para os cidadãos uma vez que quanto maior for o

tamanho da dívida de um ente governamental menor será a quantia de destinação de recursos para prestação de serviços à população.

2.2.3 indicadores de solvência

Os indicadores de solvência são utilizados no setor público pois, a partir dos resultados de suas análises, são reveladas informações importantes sobre questões relacionadas à capacidade ou percentual de pagamento que o governo possui a longo prazo e além disso, o nível dos serviços que estão sendo ofertados à população.

Um desses indicadores, conhecido no setor privado, é o de liquidez geral que assume no setor público o conceito de solvência de longo prazo. Logo, esse indicador de solvência tem o objetivo de revelar qual a posição financeira do governo ou entidade no longo prazo, evidenciando, assim, o potencial de o governo liquidar todas as suas obrigações de curto e longo prazo, utilizando como forma de quitação os seus ativos circulantes e não circulantes.

Acrescenta-se a isso, segundo Lima e Diniz (2016), que em uma análise de solvência a longo prazo é preciso estabelecer um parâmetro de análise para que se possa avaliar a flexibilidade financeira do governo e o potencial que o mesmo possui em obter novas operações de crédito.

A Solvência do nível de Serviços está relacionado com a entidade governamental e com oferta de serviços públicos à população, o objetivo da análise de tal indicador é demonstrar através de seus resultados a real capacidade do governo em sustentar-se e continuar oferecendo com qualidade a prestação de serviços básicos necessários a sociedade e que são garantidos por lei ao povo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo da presente pesquisa é analisar o comportamento dos resultados contábeis financeiros e patrimoniais dos estados brasileiros. Nessa perspectiva, essa seção busca explicitar as características da presente pesquisa e delimitar como sua operacionalização será realizada de modo a alcançar o objetivo proposto.

3.1 Classificação da Pesquisa

De acordo com o propósito central da pesquisa, que consiste em analisar o comportamento dos resultados financeiros e patrimoniais dos estados brasileiros, o estudo adota uma abordagem descritiva, essa abordagem envolve a análise de uma população específica ou fenômeno, examinando as interações entre suas variáveis, que podem ser influenciadas por fatores comportamentais individuais ou por dinâmicas de grupos complexos, bem como observando a frequência com que esses fenômenos ocorrem dentro do período de estudo (GIL, 2019).

De acordo com Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende apresentar com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

No que tange aos procedimentos metodológicos adotados, o presente estudo assume uma abordagem documental. Para Fachin (2017, p.146), o método documental “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação”. Nesse contexto, a coleta de dados para este estudo envolve a obtenção de informações retiradas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Quanto à abordagem metodológica, este estudo é de natureza quantitativa, uma vez que busca a análise estatística dos resultados contábeis em estudo e a composição dos quocientes. Isso visa possibilitar a análise e a comparação dos resultados relacionados à gestão de finanças das contas públicas dos estados brasileiros (WAINER, 2007). Desse modo, para Richardson (1999, p. 70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.”. Além disso, a pesquisa também apresenta uma abordagem qualitativa em relação à análise e explicação desses quocientes, fazendo uso de interpretação dos fenômenos e atribuição de significados.

3.2 Universo da Pesquisa

O universo deste estudo é composto pelas 27 unidades federativas do Brasil, englobando o período de 2014 a 2022 compreendendo, assim, o total de 108 observações, os objetos selecionados e investigados por este estudo são os resultados apresentados nas demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro dos Estados, estabelecendo uma relação aos respectivos períodos investigados, possibilitando analisar a posição financeira e patrimonial dos 27 entes subnacionais.

Quadro 1 - Unidades Federativas que compõem o universo da pesquisa

Ordem	Unidade Federativa	Sigla	Ordem	Unidade Federativa	Sigla
1	Acre	AC	15	Paraíba	PB
2	Alagoas	AL	16	Paraná	PR
3	Amapá	AP	17	Pernambuco	PE
4	Amazonas	AM	18	Piauí	PI
5	Bahia	BA	19	Rio De Janeiro	RJ
6	Ceará	CE	20	Rio Grande do Norte	RN
7	Distrito Federal	DF	21	Rio Grande do Sul	RS
8	Espírito Santo	ES	22	Rondônia	RO
9	Goiás	GO	23	Roraima	RR
10	Maranhão	MA	24	Santa Catarina	SC
11	Mato Grosso	MT	25	São Paulo	SP
12	Mato Grosso Do Sul	MS	26	Sergipe	SE
13	Minas Gerais	MG	27	Tocantins	TO
14	Pará	PA			

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A próxima seção abordará a maneira como os dados financeiros e patrimoniais apresentados nas demonstrações contábeis das 27 unidades federativas são coletados e tabulados.

3.3 Coleta, Tratamento e Tabulação dos Dados

O objetivo a ser alcançado foi por meio do uso de indicadores montados com os dados do balanço patrimonial e financeiros dos 26 estados e do Distrito Federal extraídos dos demonstrativos contábeis disponibilizados no site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Apoiado nisso, foi realizado um levantamento dos dados relativos aos balanços financeiros e patrimoniais dos Estados e a partir disso foram montadas planilhas na ferramenta

Excel ® versão 2016 da Microsoft, para tabulação e tratamento dos dados recolhidos, sendo calculados os indicadores da posição patrimonial e financeira.

Os dados das demonstrações contábeis foram coletados, respectivamente, com base nos resultados do balanço patrimonial e financeiro apresentados ao final de cada exercício financeiro. Entretanto, visando estabelecer uma comparação mais realista, os valores dos anos de 2024 a 2022 foram atualizados monetariamente para dezembro de 2022, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), para, entre outros fins, medir a inflação oficial do país.

3.4 Indicadores da Posição Patrimonial e Financeira

Para analisar os resultados das demonstrações contábeis, foram consideradas as orientações do CPC 26 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Nesse sentido, o quadro apresenta os indicadores da posição financeira e patrimonial subdivididos em indicadores de liquidez, endividamento e solvência.

Quadro 2 – Indicadores da posição patrimonial e financeira

Índice	Fórmula	Interpretação do resultado
LIQUIDEZ		
CCL	$(AC - \text{Almoxarifado} - \text{VPDs antecipadas} - \text{Investimentos do RPPS}) - (PC)$	Resultado positivo indica o potencial de geração de caixa da entidade governamental
LC	$(AC - \text{Almoxarifado} - \text{VPDs antecipadas} - \text{Investimentos do RPPS}) / PC$	Indicador > 1 indica a presença de CCL, = a 1 CCL nulo e < 1, CCL negativo.
LI	Disponibilidade / PC	Indicador > 1 indica que a entidade possui recursos disponíveis em caixa suficientes para atender as obrigações de curto prazo, quanto maior, melhor.
LS	$(\text{Ativo circulante} - \text{Almoxarifado} - \text{VPDs antecipadas} - \text{Investimentos do RPPS} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$	Indicador > 1, indica a liquidez que a entidade governamental possui de curto prazo, quanto maior, melhor.
ENDIVIDAMENTO		
PCT	$(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / PL$	Indica a proporção de participação de capital de terceiros na entidade governamental, quanto menor, melhor.
CE	$\text{Passivo não circulante} / (\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante})$	Indica a composição do endividamento no curto e longo prazo, quanto menor, melhor.
SOLVÊNCIA		
SLP	$(\text{Ativo Circulante} - \text{almoxarifado} - \text{VPDs antecipadas}) + \text{ativo RLP} / (\text{Passivo circulante} + \text{Passivo não circulante})$	Indicador > 1 revela que a entidade possui capacidade suficiente para quitar as

		obrigações de curto prazo, quanto maior, melhor.
SNSPL	PL / População	Indica a capacidade da entidade em oferecer serviços públicos à população, quanto maior for esse indicador, melhor.

Fonte: Lima e Diniz - adaptado (2016).

A análise desses indicadores abordará, além dos valores relativos e de evolução, os resultados descritivos desses: média e desvio padrão de cada cenário econômico de todos os estados que estão agrupados em cinco regiões: Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, serão analisados os indicadores de cada uma das cinco regiões do país.

Orientados pela metodologia da pesquisa e buscando alcançar o objetivo geral proposto para este estudo, serão apresentados a seguir a análise dos dados e os resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva dos Indicadores de Posição Financeira e Patrimonial

As análises dos dados extraídos permitiram uma avaliação dos indicadores apresentados por regiões. A Tabela 1 apresenta as médias gerais dos indicadores calculados dos Estados e do Distrito Federal, consolidados por cada Região.

Tabela 1 – Estatística Descritiva dos Indicadores da Posição Patrimonial e Financeira (2014 a 2022)

Região		CCL	LC	LI	LS	PCT	CE	SLP	SNSPL
Norte	Média	5.570.199,79	5,74	2,25	5,42	0,55	0,19	1,07	1.371,81
	DesvPad	3.340.223,75	3,93	1,73	3,78	7,84	0,18	0,72	8.018,26
	Mediana	4.979.101,63	4,91	1,91	4,49	0,71	0,13	1,02	2.375,59
	Mínimo	681.156,77	1,76	0,22	1,72	-30,29	0,01	0,05	-16.718,45
	Máximo	15.468.114,11	25,60	10,92	24,89	50,54	1,00	4,40	22.324,85
Nordeste	Média	2.105.475,31	2,69	1,88	2,35	-0,32	0,13	0,77	-2.229,16
	DesvPad	4.239.627,96	2,44	2,03	1,89	5,26	0,09	0,87	6.042,98
	Mediana	1.330.977,38	1,66	1,14	1,61	0,32	0,09	0,42	315,96
	Mínimo	-6.964.197,71	0,25	0,18	0,23	-33,13	0,02	0,03	-22.240,05
	Máximo	20.579.634,32	13,04	11,68	10,13	14,24	0,57	3,30	6.013,78
Centro Oeste	Média	6.473.630,12	2,89	0,91	2,81	1,77	0,23	1,35	5.348,75
	DesvPad	10.956.301,24	3,32	0,99	3,30	9,06	0,15	1,17	8.930,88
	Mediana	2.745.400,45	1,79	0,59	1,71	0,52	0,18	1,09	5.355,90
	Mínimo	-8.263.417,80	0,34	0,16	0,33	-19,44	0,03	0,13	-14.902,98
	Máximo	44.399.909,41	14,91	4,14	14,82	33,18	0,67	5,60	24.664,60
Sudeste	Média	3.415.199,48	1,98	1,14	1,88	-0,64	0,13	0,45	-4.915,46
	DesvPad	17.448.163,35	1,62	1,12	1,56	4,47	0,09	0,28	6.773,39
	Mediana	3.641.072,46	1,37	0,59	1,28	-1,71	0,11	0,35	-4.311,81
	Mínimo	-32.014.854,83	0,32	0,15	0,29	-5,11	0,03	0,14	-20.900,44
	Máximo	49.006.963,46	6,21	3,65	6,09	23,49	0,45	1,15	4.975,12
Sul	Média	5.702.138,29	1,87	0,99	1,84	-0,40	0,23	0,53	-4.100,57
	DesvPad	11.350.484,48	1,12	0,70	1,10	12,04	0,11	0,35	9.105,56
	Mediana	5.202.113,40	1,50	0,99	1,47	0,37	0,29	0,50	155,82
	Mínimo	-17.752.698,49	0,54	0,08	0,53	-51,66	0,04	0,09	-27.161,92
	Máximo	31.325.648,51	4,11	2,54	4,05	28,83	0,37	1,64	4.096,83

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

As seções seguintes expõem a análise dos resultados mostrados na Tabelas 1.

4.1.1 Análise dos Indicadores de Liquidez

Os dados apresentados na Tabela 1 mostram que todas as regiões apresentam folga financeira de curto prazo em valor absoluto e em valor relativo, ambos expressados pela liquidez corrente que se apresentou acima da unidade em todas as regiões. O Norte apresenta a maior média para a liquidez corrente e nenhuma unidade federativa situada nessa região apresentou liquidez abaixo da unidade, o que revela a boa capacidade de pagamento para as dívidas de curto prazo dos estados. Entretanto, nas demais regiões, há unidades federativas com liquidez abaixo da unidade, o que revela a inexistência de folga financeira para pagar os compromissos de curto prazo.

A liquidez imediata (LI), motivada pela ausência de folga financeira, encontra-se abaixo da unidade em duas regiões (Centro-Oeste e Sul), mas, para as demais regiões, as médias desse indicador superam a unidade, indicando que o valor dos recursos disponíveis diretamente no caixa dos governos dessas regiões não é suficiente para liquidar com as obrigações de curto prazo. A região Norte apresenta a maior média, 2,25.

Nas demais regiões, esse indicador de liquidez imediata (LI) teve médias elevadas com valores superiores a um, apontando que essas regiões, de acordo com esses resultados, possuíam recursos disponíveis em caixa para liquidar suas obrigações de curto prazo. Diante desses resultados, é possível concluir que essas regiões apresentaram superávit financeiro visto que esse indicador possui relação direta com a posição financeira, conforme Lima e Diniz (2016).

Observa-se que no índice de liquidez seca (LS), todas as médias das regiões sob análises apresentam indicadores superiores a um ponto sendo a região Norte com a maior média desse indicador e a região Sul com a menor média. Outro fato que chama atenção na análise é que as médias apresentadas possuem resultados próximos ou semelhantes às médias dos indicadores de liquidez corrente (LC). Esse fato pode ser explicado reconhecendo que no setor público as entidades não dispõem de estoques de mercadorias para a revenda como sua atividade principal e visto que a conta estoques também é levada em consideração para o cálculo, dessa forma, esse indicador pode não possuir uma grande representatividade.

4.1.2 Análise dos Indicadores de Endividamento

Os indicadores de endividamento permitem através de seus resultados identificar de que forma estão organizados os recursos de uma entidade governamental e como as dívidas estão

estruturadas, se no curto ou longo prazo, mostrando o quanto possui de capital de terceiros nessas regiões sob análises.

De acordo com a tabela 1, pode-se observar que das cinco regiões analisadas a que apresenta a maior média de indicador de participação de capital de terceiros (PCT) é a região Centro-Oeste com média de 1,77, esse resultado apurado pode indicar uma dependência alta de capital de terceiros e uma situação de risco financeiro nesses estados que compõem essa região, acarretando também em uma menor liberdade em termos econômicos e financeiros.

Na região norte verifica-se que em média 55% da estrutura de capital dessa região é composta por capital de terceiros e 45% de participação de capital próprio, nas demais regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o índice de (PCT) apresentaram médias inferiores a um e algumas regiões até com média inferior a zero o que representa um ponto positivo para essas regiões.

O indicador de composição de endividamento (CE) tem por objetivo demonstrar a característica do endividamento, ou seja, as formas como essas dívidas das entidades governamentais estão representadas, se no longo ou curto prazo e através desse indicador pode se verificar esse percentual da dívida de longo prazo para pagamento.

Conforme os dados apresentados na tabela 1, pode-se observar que em todas as cinco regiões analisadas, esse indicador de composição de endividamento apresentou médias inferiores a um que é um ponto positivo, pois para interpretação desse indicador quanto menor for seu resultado melhor será para a entidade, demonstrando assim que a maior parte das obrigações estão no longo prazo.

Verifica-se que as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram as menores médias com indicadores iguais a 0,13. Assim, pode-se entender que mais ou menos 13% das dívidas dessas regiões se concentram no curto prazo e 87% no longo prazo. Nas regiões Centro-Oeste e Sul a média desse indicador foi igual a 0,23, evidenciando que 23% das obrigações em média dessas regiões foi de curto prazo, já a região Norte apresentou uma média de indicador de (CE) igual a 0,19 em que cerca de mais ou menos 81% das obrigações são de longo prazo.

4.1.3 Análise dos Indicadores de Solvência

Por meio das análises dos indicadores de Solvência é possível obter informações de caráter relevante sobre a capacidade de liquidação das obrigações de longo prazo que uma entidade possui e fornecer informações sobre o nível de serviços ofertados por uma entidade governamental à população abrangida.

O indicador de solvência de longo prazo (SLP), que também é conhecido como indicador de liquidez geral, apresentou médias inferiores a um ponto em três regiões do país, Nordeste com 0,77, Sul com 0,53 e a menor média revelada nas cinco regiões na série temporal analisada foi na região Sudeste com indicador médio de 0,45.

Esse indicador tem o objetivo de revelar a posição financeira dos governos no longo prazo. Nesse sentido, com os resultados abaixo de um ponto apresentados nas três regiões acima, pode-se concluir que tais regiões não dispõem de ativos circulantes somados aos realizáveis a longo prazo suficientes para saldar com as obrigações de curto e longo prazo. Já nas outras 2 regiões Norte e Centro-Oeste, esse indicador de solvência apresentou um bom resultado com médias superiores a um ponto, revelando que em média nessas regiões os estados possuem ativos circulantes de curto e longo prazo suficientes para liquidar as dívidas de curto e longo prazo.

Em relação ao indicador de Solvência do nível de serviços (SNSPL) é demonstrado por meio dele a capacidade que um ente governamental possui em continuar oferecendo serviços públicos a sua população desse modo, analisando os resultados apurados das médias das regiões sob análises, verifica-se que os resultados apresentados na solvência de longo prazo também refletem os resultados dos indicadores de solvência de serviços, pois em três regiões, Nordeste, Sudeste e Sul as médias dos indicadores apresentaram valores negativos o que evidencia um mau potencial em ofertar serviços públicos essenciais e de qualidade a população.

Seguindo com as análises, observa-se que nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, o indicador de SNSPL apresentou médias com resultados positivos e satisfatórios, evidenciando bom potencial de prestação de serviços essenciais e de qualidade, ou seja, esses resultados mostram a capacidade que os Estados dessas regiões possuem em manter a máquina estatal funcionando e oferecendo serviços públicos com qualidade exigidas para esses serviços essenciais como na saúde, educação e segurança pública da população de seus estados.

4.2 Análise da Significância Estatística dos Indicadores de Posição Financeira e Patrimonial

A partir da apresentação da análise descritiva dos indicadores para as regiões brasileiras analisadas, verificou-se, posteriormente, se as variâncias dos indicadores analisados mostravam homogeneidade dos dados e se esses possuíam distribuição normal. Para esse fim, foram realizados os testes *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*. Os testes foram construídos a partir das seguintes hipóteses:

H_0 = As variâncias dos indicadores são iguais

H1 = As variâncias dos indicadores são diferentes

Apresentam-se na Tabela 2 os testes de normalidade.

Tabela 2 – Teste de Normalidade dos Dados

Indicadores	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
CCP	,275	243	,000	,478	243	,000
CCL	,170	243	,000	,863	243	,000
LC	,169	243	,000	,731	243	,000
LI	,182	243	,000	,723	243	,000
LS	,170	243	,000	,720	243	,000
PCT	,273	243	,000	,561	243	,000
CE	,153	243	,000	,839	243	,000
SLP	,164	243	,000	,820	243	,000
SNSPL	,119	243	,000	,965	243	,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os resultados dos testes *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*, apresentados na Tabela 2, mostram que todos os indicadores evidenciam significância estatística ($p\text{-value} < 0,05$). Essa constatação indica que as variâncias dos indicadores são diferentes e, portanto, deve ser rejeitada H0 de igualdade das médias das variâncias entre os coeficientes, adotando, por conseguinte, o teste não paramétrico *Kruskal-Wallis*, que busca comparar os resultados de dois ou mais grupos independentes. Assim, para a realização deste teste, foram definidas hipóteses nulas e alternativa, conforme seguem:

H0 = As médias dos indicadores dos Estados e do Distrito Federal pertencentes às diferentes regiões brasileiras são iguais; e

H1 = As médias dos indicadores dos estados e do Distrito Federal pertencentes às diferentes regiões brasileiras são diferentes.

A tabela 3 apresenta os resultados do teste estatístico de *Kuskal-Wallis*, com o objetivo de verificar se os indicadores revelados em cada região apresentam médias estatisticamente diferentes.

Tabela 3 – Teste de Diferença de Médias: *Kruskal-Wallis*

Região	CCL	LC	LI	LS	PCT	CE	SLP	SNSPL
Chi-Square	33,082	76,815	42,261	77,299	17,821	25,436	34,184	41,866
Df	4	4	4	4	4	4	4	4
Sig	,000	,000	,000	,000	,001	,000	,000	,000

Nota: CCL – Capital Circulante Líquido; LC – Liquidez Corrente; LI – Liquidez Imediata; LS – Liquidez Seca; PCT – Participação do Capital de Terceiros; CE – Composição do Endividamento; SLP – Solvência de Longo Prazo; e SNSPL (Solvência do Nível de Serviços).

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os resultados revelados na Tabela 3 mostram que o teste de hipóteses apresentou significância estatística ($p\text{-value} < 0,05$) para todos os indicadores. Isso significa que para esses indicadores, deve-se rejeitar a Hipótese Nula de igualdade de médias e aceitar a Hipótese alternativa de que as médias dos indicadores - que caracterizam a folga financeira de curto prazo (CCL), a capacidade de pagamento a curto prazo (LC, LI e LS), Quantidade da Dívida (PCT), nível de composição do endividamento (CE) e a solvência (SLP e SNSPL) dos estados e do Distrito Federal pertencentes às diferentes regiões brasileiras são diferentes.

Esses resultados podem ser explicados pelo fato de os entes subnacionais analisados apresentarem, em média, folga financeira de curto prazo, níveis diferentes de participação de capital de terceiros, que apresentam maior concentração no longo prazo. Por consequência, apresentam capacidade de pagamento superiores quando são considerados os indicadores de Liquidez Corrente, Seca e Imediata, embora isso não ocorra de forma unânime nas regiões analisadas. A análise desses indicadores permite evidenciar, de forma ampla, a contabilidade governamental como o instrumento supridor de informações para o sistema de gestão de qualquer ente público dependente de recursos escassos para a consecução de seus objetivos e cumprimento de sua missão.

A Tabela 4 mostra a correlação de Kendall entre os indicadores investigados.

Tabela 4 - Correlações Kendall

		CCP	CCL	LC	LI	LS	PCT	CE	SLP	SNS
CCP	Coef. Cor.	1,000	,303**	,369**	,284**	,367**	,260**	,336**	,640**	,735**
	Sig.	.	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
CCL	Coef. Cor.	,303**	1,000	,473**	,332**	,488**	,101*	,006	,276**	,255**
	Sig.	,000	.	,000	,000	,000	,019	,881	,000	,000
LC	Coef. Cor.	,369**	,473**	1,000	,654**	,956**	,161**	-,096*	,376**	,331**
	Sig.	,000	,000	.	,000	,000	,000	,025	,000	,000
LI	Coef. Cor.	,284**	,332**	,654**	1,000	,648**	,173**	-,183**	,252**	,253**
	Sig.	,000	,000	,000	.	,000	,000	,000	,000	,000
LS	Coef. Cor.	,367**	,488**	,956**	,648**	1,000	,175**	-,087*	,368**	,334**
	Sig.	,000	,000	,000	,000	.	,000	,043	,000	,000
PCT	Coef. Cor.	,260**	,101*	,161**	,173**	,175**	1,000	,170**	,109*	,236**
	Sig.	,000	,019	,000	,000	,000	.	,000	,012	,000
CE	Coef. Cor.	,336**	,006	-,096*	-,183**	-,087*	,170**	1,000	,403**	,405**
	Sig.	,000	,881	,025	,000	,043	,000	.	,000	,000
SLP	Coef. Cor.	,640**	,276**	,376**	,252**	,368**	,109*	,403**	1,000	,704**
	Sig.	,000	,000	,000	,000	,000	,012	,000	.	,000
SNS	Coef. Cor.	,735**	,255**	,331**	,253**	,334**	,236**	,405**	,704**	1,000
	Sig.	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	.

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os dados demonstrados na Tabela 4, evidenciam que a LC apontou correlação significativa positiva com a Liquidez Seca (LS), acima de 95%, indicando forte ligação entre as variáveis. Averiguou-se, também, forte correlação positiva do CCL com a Composição Endividamento (CE), ultrapassando os 88%, indicando associação expressiva entre as variáveis. Os dados ainda mostram correlação entre SNS e SLP, acima dos 70%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a posição patrimonial e financeira dos 26 Estados e Distrito Federal entre os anos de 2014 a 2022 de modo que por meio dessas análises das médias dos resultados apresentados é possível obter informações para gerar o conhecimento necessário para identificar possíveis impactos que algumas crises podem causar no desempenho das entidades governamentais. Dessa forma, contribuindo para que gestores desses Estados possam tomar decisões contábeis e financeiras, além disso, os resultados gerados também são fontes de informações para a sociedade.

Para se atingir uma compreensão do objetivo geral proposto nesta pesquisa, foi analisado se houve diferença de significância nos indicadores abordados, definindo-se três objetivos específicos que foram abordados no estudo.

Dentre os principais achados, verificou-se que em média as cinco regiões do país apresentaram folga financeira durante a série observada, tendo em seus resultados um CCL positivo demonstrando assim, que essas regiões possuem capacidade financeira para poder cumprir com todas as obrigações de curto prazo. Esse resultado positivo evidenciou que essas regiões dispõem de potencial para geração de caixa, esse resultado do CCL refletiu positivamente no indicador de liquidez corrente.

No que se refere aos demais indicadores de liquidez constatou-se que duas das cinco regiões analisadas regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram um resultado médio no indicador de liquidez imediata inferior a um ponto, revelando que esse estados pertencentes a essas regiões não dispõem de recursos suficientes no caixa para liquidar as obrigações de curto prazo, esse resultado apurado também revela possíveis déficits financeiros nessas regiões uma vez que esse indicador tem relação direta com o status da posição financeira.

No tocante aos resultados dos indicadores de endividamento a região Centro-Oeste chamou atenção apresentando um elevado índice de participação de capital de terceiros, esse resultado elevado superior às demais regiões evidencia uma dependência alta que os estados dessa região possuem de capital de terceiros, isso pode acarretar em termos econômicos uma menor liberdade financeira.

Em relação aos indicadores de solvência, verificou-se por meio dos resultados das análises dos indicadores, que em algumas regiões como a região Sudeste o indicador de solvência de longo (SLP) prazo apresentou médias abaixo de uma unidade, através da interpretação desses resultados obtidos são revelados a posição financeira dessas regiões, os

resultados mostraram que essas regiões não possuem ativos circulantes somados aos realizáveis a longo prazo suficientes para saldar com as obrigações de curto e longo prazo.

Além disso, outro resultado importante que os indicadores de solvência refletiram foi sobre a solvência dos níveis de serviços ofertados à população por seus estados. Dentre as cinco regiões analisadas, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram médias que representam bons resultados para esses indicadores que têm o papel de mostrar o potencial que esses estados possuem em ofertar serviços públicos essenciais à sua população.

Nesse sentido, com base nos resultados revelados pelos os indicadores analisados, foram aplicados testes estatísticos utilizando hipóteses com o objetivo de se verificar se houve diferença significativa ou homogeneidade nos resultados dos indicadores aplicados na pesquisa, os resultados desses testes de hipótese mostram que houve diferença significativa nas médias dos indicadores de cada Estado e dos Distrito Federal em diferentes regiões do país.

Os resultados aqui apresentados oferecem evidências sobre a posição financeira e patrimonial dos 26 Estados e Distrito Federal no período de tempo sob análise. Assim, esse estudo apresenta uma análise e interpretação das médias dos indicadores, trazendo informações sobre liquidez, endividamento e solvências dos estados brasileiros. Essas informações contábeis fornecidas são úteis tanto para os usuários internos gestores públicos dos estados quanto para os usuários externos como entidades financeiras de crédito e a sociedade comum que por meio dessas informações pode ter um entendimento sobre a situação econômica da sua região.

Quanto às limitações, observou-se a ausência de mais estudos relacionados a esse tema além disso, é importante salientar que esta pesquisa se limitou em analisar as médias obtidas nos resultados dos indicadores durante todo o período de tempo em análise e dessa forma foram feitas as interpretações dos resultados para responder ao problema de pesquisa.

Posto isso, em relação às futuras pesquisas e investigações relacionadas a esse tema, recomenda-se que seja contemplada uma amostra maior do período de tempo e no que tange às análises, pode-se empregar um maior detalhamento dos resultados dos indicadores, analisando-se por ano, e a partir disso fazer comparações dos indicadores entre os estados com o intuito de obter informações contábeis mais detalhadas que possam contribuir para o melhoramento da tomada de decisões sobre alocações de recursos para usuários internos e externos das informações contábeis.

REFERENCIAS

Análise das demonstrações financeiras / Natália Diniz. Rio de Janeiro : SESES, 2015.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em: 26 nov. 2023.

COSTA, C. S. **Análise das demonstrações contábeis no setor público–Avaliação de indicadores financeiros e de solvência**. Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (2018) **NBC TSP 11 – Apresentação da Demonstrações Contábeis**. NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018.

WICKBOLT, Leandro Araújo; MOREIRA, Josicleide de Amorim Pereira; LACERDA, Cícero de Sousa. (orgs.). **Desenvolvimento econômico-financeiro empresarial: análise e controle**. Cabedelo: Editora IESP, 2017.

ALMEIDA CARLOS, E. Ações e projetos realizados em resposta à COVID19: um estudo no mercado segurador brasileiro. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**-ISSN 2177-4153, v. 19, n. 3, p. 95-106, 2021.

MACENA ARAÚJO, Risolene Alves; LEITE, Kalina Kely Miranda. CPT123-Um estudo sobre a relação entre os determinantes da condição financeira e as subvenções governamentais dos estados brasileiros em ambiente de crise econômica. *Ampcont*, 12, João Pessoa, 2018.

PEREIRA, Rejanny Monteiro; BASÍLI, Lucimara Sampaio. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares da contabilidade**. São Luís: Editora Pascal, 2023.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. Saraiva Educação SA, 2017

FREITAS, Matheus Brasil; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes. Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-Financeiros dos maiores Municípios por população das Mesorregiões do RS. **RAGC**, v. 5, n. 18, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. Editora Atlas SA, 2019.

GOULARTE, Jeferson Luís Lopes *et al.* Análise econômico-financeira dos municípios com maior orçamento das mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul. **RAGC**, v. 9, n. 40, 2021.

IGNÁCIO, Paola Formozo; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes. Análise econômico-financeira das demonstrações contábeis no município de Sant’Ana do Livramento no período de 2015 a 2019. **RAGC**, v. 9, n. 40, 2021.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Análise de balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VALE, Helena Cristina Pimentel; LENZI, Livia Aparecida Ferreira. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos da UFAL**. 2023.

GAMA NETO, Ricardo Borges. Impactos da covid-19 sobre a economia mundial. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 113–127, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3786698. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MELLO, Gilmar Ribeiro; SLOMSKI, Valmor. A situação financeira dos estados brasileiros: uma proposta utilizando análise discriminante. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 75-88, 2007. DOI: 10.11606/rco.v1i1.34698. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34698>. Acesso em: 1 mar. 2024.

PEREIRA, Antonio Gualberto. **Análise das demonstrações contábeis**. Faculdade de Ciências Contábeis, Superintendência de Educação a Distância, UFBA, Salvador, BA, 2018.

SILVA, Mygre Lopes; SILVA, Rodrigo Abbade. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS**, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez editora, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WAINER, Jacques *et al.* Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação. **Atualização em informática**, v. 1, p. 221-262, 2007.